

## Documento

Interpretar um texto como o “**Tratado de Pedagogia**” (1ª ed. em 1933), escrito em 1935, pelo Monsenhor Pedro Anísio, professor de Pedagogia da Escola Normal do Estado da Paraíba do Norte, requer alguns cuidados. Dizem os profissionais da Análise do Discurso que o primeiro cuidado é a observância das condições de produção do texto em seu tempo, isto é:

- 1 – O Brasil era um país em busca de sua identidade política e econômica;
- 2 – O sistema político era instável;
- 3 – A Igreja tentava segurar-se em uma sociedade em mudanças;
- 4 – A educação já admitia outra visão diferente daquela da Igreja.

Guardadas essas condições, é possível imaginar a **intencionalidade** do autor; a **informatividade** do texto moralizante; a **intertextualidade** composta a partir de textos eclesiásticos; a **receptividade** favorável do texto nos meios religiosos; a **circunstancialidade**, isto é, o conjunto de circunstâncias, era conflitiva, econômica e politicamente.

A Escola Nova era uma ameaça real para a visão conservadora da Igreja. A igreja mesma enfrentava perigos. Era preciso preservar a doutrina, pensava a Igreja. A educação ideal, nesse caso, seria repetir os modelos já conhecidos pela Igreja. No fundo, educar era repetir a visão tradicional da Igreja.

Para a interpretação justa deste texto, é preciso que o leitor de hoje não se esqueça dos parâmetros acima mencionados. Aristóteles de Estagira foi um grande filósofo, mas ele acreditava que o cérebro fosse um apenas um radiador, cuja função seria resfriar o sangue das veias. Nem por isso, poderia sua filosofia ser diminuída, pois em seu tempo não se conhecia a circulação sanguínea.

No prefácio à primeira edição desta obra, Tristão de Ataíde diz com todas as letras: “(...) A escola ativa é deles. A pedagogia nova é deles. E só eles têm o direito de falar de escola nova. Tendo-se apoderado, cuidadosamente, dos grandes postos administrativos do ensino federal, municipal ou estadual, pontificam do alto de suas posições estratégicas e mantêm à distância os que não são iniciados nos mistérios do novo credo, punindo severamente os que ousam transpor limites do recinto sagrado”.

Percebe-se assim a educação católica acuada e temerosa dos efeitos da Escola Nova na educação escolar. Mais ainda, a educação católica sente que perdeu também sua força no governo federal, estadual e municipal. Daí não causar admiração o fato de que o livro seja uma afirmação da educação tradicional, tornando-se por isso também apologético.

## Oswaldo Freitas de Jesus

Universidade de Uberaba (UNIUBE), [freitasdejesus.osvaldo09@gmail.com](mailto:freitasdejesus.osvaldo09@gmail.com)

## TRATADO DE PEDAGOGIA

Monsenhor Pedro Anísio

### CAPÍTULO III – PEDEUTOLOGIA

#### Artigo II – OS CARACTERES DO OFÍCIO EDUCATIVO

##### O NATURALISMO PEDAGÓGICO

– O conceito de fim não se exaure com a psicologia do mestre, mas contém reflexões profundas, á luz das quais sómente podemos saber qual o sistema educativo adequado ás necessidades do educando, ás aspirações e destinos da alma, ao completo desenvolvimento do homem em formação.

O naturalismo pedagógico atém-se á mecanização da vida. Não considera o indivíduo sob o aspecto teleológico, não tem em vista os fins a que tende o desenvolvimento humano.

Ora, a Pedagogia, que, da mesma maneira que a Ética, é a ciência do homem *como deve ser*, não pode deixar de ser ciência dos fins. Porque, em suma, todo o seu valor vem do Fim, da dignidade do homem, “remido por Cristo, reintegrado na condição sobrenatural de Filho de Deus”<sup>1</sup> com direito á herança eterna, á felicidade perfeita no Paraíso.

O verdadeiro sistema pedagógico é, portanto, aquele que se inspira na doutrina dos fins, que procura o sumo bem da pessoa humana, que realiza os supremos valores da vida, que conduz á virtude e á felicidade.

Aberram da verdade e do bom senso aqueles sistemas modernos que proscvem da escola a formação sobrenatural cristã e riscam do código de ensino toda a autoridade, toda a lei superior, natural e

<sup>1</sup> Pio XI – *Encíclica sôbre a Educação da Juventude*, ed. port., pag. 21.

divina para deixar o aluno entregue á sua iniciativa própria, á espontaneidade da sua natureza enfraquecida e debilitada pelo pecado original.

E’ o regime da pretensa autonomia e ilimitada liberdade da criança.<sup>2</sup>

Que vem a ser em tal sistema a ação educativa?

Desaparece, de todo, a relação de mestre e discípulo, de superior e inferior, pois onde falta a autoridade, não há mais quem mande nem quem obedeça.

Tudo semelha ao cáos. Não há disciplina, não há ordem, não há direção, mas sómente a liberdade desenfreada, a independência de todo o freio moral, a confusão, a anarquia.

A AUTORIDADE – Não se compreende, pois, magistério sem autoridade, educação sem disciplina.

Os pais e os mestres devem intervir na obra educativa para regular e dirigir o desenvolvimento, para corrigir as inclinações desordenadas, excitar e ordenar as boas, para iluminar a inteligência e fortalecer a vontade com as verdades sobrenaturais e os auxílios da graça.

<sup>2</sup> Infelizmente esta é a orientação que alguns pedagogos, entre nós, pretendem imprimir á *escola ativa*. Em seus excelentes *Debates Pedagógicos*, Tristão de Athayde provou que este naturalismo não é da essência da *escola ativa*, antes vae de encontro ao pensamento de seus fundadores, o próprio Kerschensteiner, e Franz Weigl, Kantz, Adrian e Goetzel que a cultivaram em sentido cristão.

“A *escola nova*, conforme a entendem Sampaio Dória, Lourenço Filho, Gustavo Lessa, Fenando de Azevedo, acha-se toda imbuída dos princípios do naturalismo pedagógico e ruma para a socialização da criança, postulado fundamental do comunismo russo.”

Foi o que tão bem nos souberam mostrar Tristão de Athayde, em sua abalisada crítica ás idéias pedagógicas dos adeptos da *escola nova*, e Olívio Montenegro, em sua notável tese de concurso á cadeira de Sociologia Educacional do Estado de Pernambuco.

A autoridade é necessária, não para destruir a natureza, mas para ajuda-la, confortá-la, robustecê-la, para formar a consciência moral, subordinar os instintos á razão e dar ao homem a verdadeira liberdade, levando-o ao senhorio perfeito de si mesmo.

Assim, o princípio de autoridade é o fundamento da pedagogia, o primeiro e principal caráter do ofício educativo.

Longe de ser contrária á liberdade, ela é, como diz ilustre pedagogo italiano, a que favorece a libertação do homem, ensinando-o a agir segundo a reta razão e a boa vontade.

A' autoridade no mestre corresponde a obediência no discípulo.

A obediência é a execução da ordem divina. Porque, como dissemos, é Deus o Autor da ordem moral, o Legislador universal, a fonte de toda a autoridade, de todo o poder.

Se a autoridade do educador se exerce dentro de seus limites, não exorbita do justo e do reto, ela representa a Ordem divina, a Razão suprema ordenadora da sociedade doméstica e de todo o universo.

Dêste modo, em vez de rebaixar a natureza humana, a obediência a eleva e dignifica. Quanto mais o homem se submete a Deus, tanto mais ganha em fôrça e liberdade interior.

Não tem lugar, tampouco, a pécha de “passividade” atribuída á obediência cristã; esta é virtude sumamente ativa, é uma subordinação voluntária a um Superior que faz as vezes de Deus.

Para que, porém, o mestre possa obter a obediência da parte dos educandos, é de mistér que êle faça respeitada a sua autoridade, mantendo-se sempre digno, elevado, superior aos interesses subalternos, recorrendo sempre ás boas maneiras, de

sorte que a todos inspire estima, confiança e respeito.

O AMOR, A CIÊNCIA – A' autoridade vêm ajuntar-se o amor, a virtude e a ciência, dotes que devem exornar a pessoa do mestre.

Durante a primeira fase da educação, quando o menino entra na escola, não há outro meio de ganhar-lhe o coração senão o carinho.

O amor tudo vence, supera os maiores obstáculos. E a Quintiliano não passou despercebido êste caráter do ofício educativo.

Eis a regra de ouro que êle dá aos mestres: “Antes de tudo, tenha para seus alunos um coração de pai e pense que sucede ao posto daqueles que lhe confiam seus filhos.”

O mestre deve ser um homem de virtudes. Na sua pessoa devem resplandecer a modéstia, a paciência, a bondade, a fortaleza, a abnegação, enfim, o espírito cristão.

E' o modelo que os alunos têm ante os olhos para imitar.

Ao lado da virtude, deve possuir o mestre a ciência. Esta lhe grangeia prestígio, honra e admiração. E' condição indispensável da formação do espírito. Sem a cultura, como pode o mestre nutrir as mentes juvenis e dirigir-lhes o curso da vida?

Se o mestre não tem o saber exigido por seu ofício, cai logo em descrédito no meio escolar e estéril será a sua missão.

Esta cultura, segundo A. Franchi, a quem aqui seguimos de perto, compreende três pontos principais:

1.º *Perícia na pedagogia* – E' necessário conhecer a fundo os princípios teóricos e as leis práticas da educação e da instrução, do contrário a escola procederá ao léu, sem ordem e sem método. O zêlo do

mestre só por si não pode tudo, requer-se que seja esclarecido, guiado pela doutrina para dar frutos melhores com mais satisfação para êle e para os alunos.

2.º *Perícia em todas as matérias do ensino* – E' provérbio que ninguém dá o que não possui; se o mestre não tem instrução, não pode comunicá-la.

Os meninos, com uma perspicácia admirável, com uma adivinhação instintiva, percebem logo se o mestre sabe bem ou não o que ensina; e, quando se dão conta de que ao mestre falta a doutrina, já não podem ter fé nem confiança. Procurarão com mil astúcias, apanhá-lo em erro, metem em burla as suas palavras, os seus gestos, os seus olhares, a sua pessoa e assim a autoridade do mestre na escola será perdida.

3.º *Perícia nas matérias exclusivas do seu ensino* – Que o conhecimento das outras matérias não estritamente escolares seja útil ao mestre ninguém o contesta; mas o que, sobretudo, importa é que o mestre tenha verdadeira e própria perícia na matéria de seu ensinamento. Perícia, dizemos, e não simples cultura; posse magistral, competência, a que se não pode chegar senão com assíduo e constante cuidado dos próprios estudos, fazendo dela centro fixo, meta primária. Um enciclopédico não pode ser, quasi nunca, ótimo mestre; cumpre, assim, que o mestre faça de sua matéria objeto principalíssimo de toda sua vida.

Quão grande, pois, é a culpa daqueles mestres que, uma vez feito o seu curso, se contentam com repetí-lo cada ano, sem cuidar em progredir nos seus estudos!

Destarte, a escola se converte num mecanismo, entra a rotina, e o mestre de bom se torna em mau.

Enfim, para o cumprimento dêste dever que tem a escola de aperfeiçoar-se incessantemente, não basta ao mestre levar

por diante os seus estudos, observar e trabalhar e exercitar-se por si, requer-se, além disto, conversar e tratar com outros, com os mais expertos de seus colegas sôbre coisas da escola. Êste exercício servirá para reavivar o zêlo, estimular as atividades e retificar muitas idéias, êrros e preconceitos.

ANISIO, Monsenhor Pedro. **Tratado de Pedagogia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S. A., 1935. 2 ed. 105-110p.